

ISENÇÃO DO ITR

# Madeireiras estão sob suspeita

O IBAMA ESTÁ REVENDO 68 PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL JÁ APROVADOS, PARA VER SE AS TERRAS FORAM REGISTRADAS NA RECEITA FEDERAL COMO RESERVA LEGAL

KÁTIA BRASIL

**M**ANAUS (AE) – As madeireiras e grandes proprietários rurais que têm Planos de Manejo Florestal (PMF) aprovados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) do Amazonas podem estar recebendo isenção total do Imposto Territorial Rural (ITR), porque suas terras foram registradas na Receita Federal como reserva legal. O mecanismo exclui dessas áreas os valores do imposto conforme a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Na reserva legal é imprescindível a preservação da biodiversidade de pelo menos 50% da área de floresta. Nesse caso, a empresa só pode desmatar 20% das terras com PMF. Essa é a base do Departamento Técnico do Ibama para rever, um a um, os 68 projetos de manejo florestal aprovados pelo instituto. A revisão foi determinada pelo superintendente regional do órgão, Hamilton Casara, após a denúncias de que manobras estariam isentando madeireiras de ITR.

O Ibama também recebeu pedido de levantamento dos PMFs da Procuradoria-Geral da República, que abriu inquérito civil público na semana passada para investigar o caso. A reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo" apresentou distorções na quantidade de terras registradas por empresas nos cadastros do Ibama, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Instituto de Proteção de Meio Ambiente do Amazonas (Ipaam). Casara disse



FISCALIZAÇÃO

O Ibama está na mira das empresas que extraem madeira ilegalmente e vem dando flagrantes constantemente

que o levantamento se estenderá aos cartórios, onde as terras das madeireiras foram registradas.

"Vamos cruzar as informações dos Planos de Manejo com as áreas de reserva legal para saber quem registrou na Receita Federal e em que porcentual as terras estão como reserva legal", disse o superintendente, destacando que, nos cartórios, serão examinadas

as cadeias dominiais das propriedades. "Nos órgãos fundiários federal e estadual saberemos se essas terras pertencem mesmo às empresas apontadas na reportagem", explicou.

Investigação semelhante está sendo realizada também pela Procuradoria Regional da República. Na sexta-feira, o procurador Sérgio Lauria anexou cópias da

reportagem nos autos do inquérito. Ferreira disse que "a reportagem fez um resumo claro da situação e servirá de base para as investigações". "É um trabalho fundamental, que deveria ser acompanhado por todas as sociedades organizadas", afirmou o procurador. Para o superintendente Casara, a investigação da Procuradoria da República dará serenidade ao

processo. "Até porque nós também estamos sendo requisitados a prestar informações; o cruzamento de informações é importante para o ordenamento da atividade de exploração florestal. Quem ganha é a sociedade porque terá um serviço mais vigilante e um monitoramento mais eficiente em cima da utilização dos recursos públicos", afirmou.

MULTAS

## Apreensão é freqüente

Apesar de a indústria madeireira garantir que cumpre as normas ambientais, o Ibama continua apreendendo o produto extraído ilegalmente e, o que é mais grave, de área indígena. O caso foi parar na Justiça Federal, por meio de denúncia formalizada pelo Ministério Público Federal. Trata-se de um flagrante de exploração ilegal nas reservas indígenas de Marimã, no Município de Tapauá (a 400 quilômetros de Manaus), e dos índios caxararis, em Lábrea (a 800 quilômetros). Segundo o chefe da investigação do Ibama, Leland Barroso, foram apreendidos 300 metros cúbicos de madeira nas duas áreas indígenas.

O Ministério Público Federal denunciou o engenheiro florestal Jorge Corrêa e a Madeireira Santa Lúcia por crime ambiental e furto em razão da exploração ilegal de madeira na Reserva Caxararis. A madeireira está com as atividades embargadas e foi multada pelo Ibama em R\$ 4,96 mil. O engenheiro florestal foi descredenciado pelo Ibama a assinar PMFs. Para Barroso, a apreensão mostra a manobra da madeireira de usar o PMF para esquentar o produto extraído ilegalmente da área indígena. Os nomes dos responsáveis pela extração de madeira na Reserva de Marimã estão em sigilo porque as investigações não foram concluídas. Segundo o procurador-chefe Sérgio Lauria Ferreira, a madeira seria vendida para duas grandes indústrias que foram também citadas na reportagem. A divulgação dos nomes dos atravessadores pode comprometer as investigações, disse o procurador.